

Por Rodrigo Amaral

Pesquisa da Global Risks com mais de 1000 companhias mostra que muitas dedicam baixos orçamentos à área e têm escasso engajamento da direção

Departamentos pouco equipados que fazem mau uso de seus recursos e recebem pouca atenção da alta direção. O que poderia ser a descrição do setor de compliance de muitas empresas brasileiras em realidade se aplica para o setor empresarial em todo o mundo.

Pelo menos é que conclui a consultoria Control Risks após realizar uma pesquisa com mil responsáveis pelo setor de compliance em empresas internacionais.

As conclusões soam pouco animadoras em um momento em que, na visão da consultoria, empresas de todo o mundo precisam mais do que nunca dispor de programas de conformidade confiáveis.

“O compliance jamais foi tão importante para as empresas, e tampouco foi mais duro, especialmente no que diz respeito às políticas anticorrupção,” afirma o relatório da Control Risks.

Mas grandes empresas não parecem estar fazendo todo o possível para fazer frente a esse desafio. A pesquisa apurou que 26% das companhias com mais de 10 mil empregados estão gastando menos do que US\$ 25 por pessoa em suas políticas de compliance, e 28% têm uma equipe de menos de cinco profissionais ocupada com o tema.

A consultoria nota que, ainda que não exista um padrão a respeito de quantas pessoas ou quanto dinheiro devem ser dedicados aos programas de compliance, estes números parecem bastante baixos considerando o tamanho das empresas consultadas.

A pesquisa também que alguns setores dedicam menos recursos ao compliance do que a média. Entre as empresas de construção e infraestrutura, que estão altamente expostas a problemas como corrupção, 58% têm menos de cinco funcionários no departamento de compliance.

Diretores pouco engajados

Outro problema encontrado pela pesquisa foi o escasso engajamento da alta direção com as políticas de compliance.

Em apenas 27% das empresas pesquisadas o Chief Compliance Officer (CCO) comparece a todos os encontros do conselho de diretores.

Este é um fator preocupante uma vez que tende a ser um dos primeiros itens analisados pelas autoridades quando se avalia a eficácia de um programa de compliance. Por exemplo, em um [guiasobre a avaliação](#) de tais programas divulgado em fevereiro, o Departamento de Justiça americano coloca o envolvimento de administradores sêniores e gerentes como o segundo ponto a ser considerado.

Outra conclusão é que apenas 56% das empresas com mais de 10 mil empregados possuem um comitê de ética e compliance.

O estudo também questiona a quantidade de recursos direcionados ao compliance. Das mil empresas consultadas, 46% destinam menos do que US\$ 250 mil ao ano para esta atividade. Apenas 10% têm orçamentos de compliance superiores a US\$ 1 milhão.

Ainda que a maioria das empresas do primeiro grupo sejam de menor tamanho, a Control Risks observou que 26% das que têm mais de 10 mil funcionários gastam menos do que US\$ 250 mil ao ano, um orçamento que o estudo chama de “miserável” para o tamanho da organização.

Proatividade

Outra recomendação da consultoria, com base no estudo, é que os responsáveis pelo compliance nas grandes empresas devem adotar uma postura mais “proativa” na detecção e prevenção de más práticas.

Isso porque ferramentas proativas como as auditorias anticorrupção e auditorias-surpresa para detectar fraudes são utilizadas por apenas 41% e 18% das respondentes, respectivamente.

A ferramenta mais comum dos programas de compliance é o canal de denúncias, adotado por 64% das empresas pesquisadas, seguido pela indicação de um profissional ou time dedicado a reagir a más condutas. Em ambos casos, são ferramentas mais reativas do que proativas.

Um ponto espinhoso das políticas de compliance diz respeito às exceções que podem haver para uma política global, a fim de adaptar às condições locais enfrentadas pelas subsidiárias das empresas.

De acordo com o estudo, 20% das empresas afirmaram possuir exceções a suas políticas de compliance que permitem que unidades locais façam pagamentos a membros do governo para “facilitar” o andamento de um negócio.

Tais pagamentos são vistos como ilegais por legislações como o FCPA americano e o britânico UK Bribery Act. Isso não impede que 25% das empresas brasileiras pesquisadas adotem tais exceções. O número chega a 28% entre as mexicanas e 31% entre as australianas e as sediadas no Oriente Médio.

Clique [aqui](#) para baixar o estudo em inglês.

Fonte: [RISCO SEGURO Brasil](#), em 09.05.2017.